

## 6. Derrotar a Política de Direita; Por um Portugal de Esquerda e Soberano

PORTUGAL PRECISA DE SE LIBERTAR DE UMA POLÍTICA QUE O ASFIXIA FINANCEIRAMENTE E DEIXA OS TRABALHADORES E OUTRAS CAMADAS DA POPULAÇÃO ENVOLTOS NUM EMPOBRECIMENTO CRESCENTE.

Romper com esta política e lutar por uma política alternativa, que promova o crescimento e o desenvolvimento económico, a criação de mais e melhor emprego e uma justa distribuição da riqueza, é um dever e um direito de todos quantos lutam por uma sociedade de progresso e justiça social.

### A CGTP-IN EXIGE:

- A renegociação da dívida pública (montantes, prazos, juros e condições de pagamento, recusando a parte ilegítima);
- A rejeição do Tratado Orçamental que é a continuação da política das troikas;
- A revitalização dos sectores produtivos, aumentando e diversificando a produção para substituir importações, aumentar as exportações e criar emprego;
- O fim das privatizações e a reconstituição do Sector Empresarial do Estado forte (indústria, transportes, actividades financeiras), no quadro do controlo público dos sectores estratégicos;
- A aplicação dos Fundos Estruturais ao serviço do desenvolvimento do país e da redução das assimetrias regionais, apostando na promoção da coesão social e territorial, na melhoria dos serviços públicos e na criação de emprego de qualidade.

**MAIS FORÇA À ACÇÃO INTEGRADA NOS LOCAIS DE TRABALHO**

**INTENSIFICAR AS REIVINDICAÇÕES DIRECTAS NAS EMPRESAS**

**REFORÇAR A ORGANIZAÇÃO SINDICAL DE BASE**

**AUMENTAR A SINDICALIZAÇÃO**



ACABAR COM ESTE GOVERNO, ELEIÇÕES ANTECIPADAS

RUPTURA COM A POLÍTICA DE DIREITA

POR UM PORTUGAL DE FUTURO, INDEPENDENTE E SOBERANO

**QUINZENA DE ACÇÕES**

**23 SETEMBRO**

**A**

**5 OUTUBRO**

**DE INFORMAÇÃO, REIVINDICAÇÃO E LUTAS**



# CGTP **ACÇÃO**

ISSN: 1647-743X

INTERSINDICAL NACIONAL

CGTP-ACÇÃO • FICHA TÉCNICA • Redacção, Grafismo, Paginação e Impressão: CGTP-IN Director: Manuel Guerreiro | N.º 73 | Set. 2014

**SALÁRIO MÍNIMO 515€**  
A partir de 1 de Junho de 2014

**É possível e necessário o aumento dos salários**

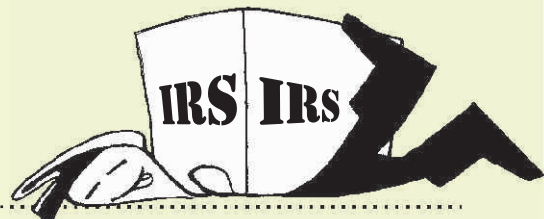
**1.** O aumento dos salários é indissociável de uma maior justiça na distribuição da riqueza, da melhoria do rendimento, do aumento do consumo e dinamização da economia. Mas é também determinante para a criação de mais e melhor emprego, a valorização das profissões, a dignificação dos trabalhadores e o desenvolvimento económico e social do país.

### VAMOS À LUTA:

- **Pelo aumento dos salários** de acordo com as reivindicações sectoriais, assegurando uma actualização salarial não inferior a 30€/mês;
- **A actualização progressiva do Salário Mínimo Nacional** 515€ (Junho 2014); 540€ (Janeiro 2015); 600€ (início 2016);
- **A revogação dos cortes salariais** e do congelamento das carreiras;

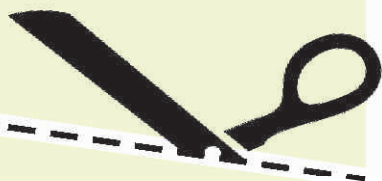


2.



## MENOS IMPOSTOS PARA OS TRABALHADORES, MAIS CARGA FISCAL PARA O CAPITAL!

É preciso pôr termo a uma política que aplica uma brutal carga fiscal sobre os trabalhadores e reformados, ao mesmo tempo que reduz o IRC para as empresas. A anunciada reforma do IRS não passa de um embuste, dado que não só mantém os impostos sobre os trabalhadores como “alivia” fiscalmente o capital. Acresce que o Governo, com a fiscalidade verde, está a preparar novos impostos para o consumo.



## É TEMPO DE MUDAR!

**ACABAR COM A SOBRETAXA DE 3,5% DO IRS;**

**ALARGAR OS ESCALÕES PARA ASSEGURAR A PROGRESSIVIDADE DOS IMPOSTOS;**

**AUMENTAR A DEDUÇÃO À COLECTA (DESP. SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO);**

**ENGLOBAR OBRIGATORIAMENTE TODOS OS RENDIMENTOS PARA ASSEGURAR QUE OS NEGÓCIOS DO CAPITAL SÃO SUJEITOS AO PAGAMENTO DO IRS;**

**REDUZIR O IVA DO GÁS E ELECTRICIDADE DE 23 PARA 6%.**

3.

## EFFECTIVAR O DIREITO DE CONTRATAÇÃO COLECTIVA, PARA EXERCER E DEFENDER OS DIREITOS DOS TRABALHADORES!

A contratação colectiva, pelo conjunto de direitos que consagra, é um elemento de harmonização social no progresso e um alicerce da democracia política, económica, social e cultural.

LUTAR PELA DEFESA DOS CONTEÚDOS DOS CONTRATOS COLECTIVOS DE TRABALHO, É LUTAR PELA MANUTENÇÃO DOS DIREITOS LABORAIS E SOCIAIS DE CADA UM DE NÓS.

## O MOMENTO É DE UNIÃO PARA A ACÇÃO! VAMOS EXIGIR:

- O cumprimento do princípio constitucional do direito de negociação da contratação colectiva;
- A revogação das normas gravosas do Código do Trabalho desde 2003;
- A revogação da norma que prolonga o período para a redução do valor do pagamento do trabalho extraordinário;
- A revogação das disposições relativas à caducidade da vigência das convenções e a possibilidade da suspensão dos IRCT's;
- A revogação das restrições que limitam as portarias dos IRCT's;
- A reposição dos dias de férias e feriados roubados;
- A efectivação dos direitos mais favoráveis aos trabalhadores que resultem dos usos das empresas;
- A reposição das 35 horas para todos os trabalhadores da Administração Pública, bem como a redução progressiva dos horários superiores, sem diminuição de salário, para os restantes sectores de actividade;
- O fim das discriminações no trabalho, emprego e formação;
- O reforço e efectividade dos direitos, quanto às formas de organização do tempo de trabalho que tenham em conta as necessidades dos trabalhadores, nomeadamente no que respeita à conciliação da vida pessoal e familiar, a realização pessoal e a participação na vida social, cívica e cultural;

4.

## EMPREGO COM DIREITOS, CONTRA A PRECARIEDADE E O DESEMPREGO!

O EMPREGO ESTÁVEL, SEGURO E JUSTAMENTE REMUNERADO, É INDISSOCIÁVEL DE UM MODELO DE CRESCIMENTO ECONÓMICO, ASSENTE NA VALORIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS DA CONTRATAÇÃO COLECTIVA, NO DESENVOLVIMENTO E NA COESÃO ECONÓMICA, SOCIAL E TERRITORIAL.

COMBATER A PRECARIEDADE, O DESEMPREGO E A EMIGRAÇÃO MASSIVA QUE RESULTA DA IMPOSIÇÃO DE UMA POLÍTICA CONTRÁRIA AOS INTERESSES DO POVO E DO PAÍS, É UM OBJECTIVO QUE A TODOS DIZ RESPEITO!

## VAMOS EXIGIR:

- A passagem a efectivos dos trabalhadores com vínculos precários (a termo, trabalho temporário e recibos verdes) que ocupem postos de trabalho permanentes;
- A revogação das disposições legais que permitem perpetuar a contratação a termo de jovens trabalhadores e de desempregados de longa duração;
- A revisão da lei relativa ao programa emprego-inserção, de forma a garantir a passagem ao quadro de efectivos dos desempregados que prestam trabalho em postos de trabalho permanentes do Estado e de IPSS;
- A efectivação do direito de eleição de representantes de trabalhadores para a saúde e segurança no trabalho, bem como a criação das respectivas comissões;
- A adopção de medidas que melhorem o funcionamento e a intervenção da ACT e dos Tribunais de Trabalho;
- O alargamento da protecção social, o que passa pela revogação do regime que reduziu o montante da prestação e do respectivo tempo de concessão;
- A adopção de medidas extraordinárias de protecção no desemprego, designadamente a redução do prazo de garantia de acesso ao subsídio social de desemprego e prolongamento do respectivo prazo de atribuição;

## 5. DEFENDER E MELHORAR O SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE, A ESCOLA PÚBLICA E A SEGURANÇA SOCIAL!

As funções sociais do Estado são um suporte indispensável para o desenvolvimento humano. A prestação de serviços públicos de qualidade na Educação, Saúde e Segurança Social são determinantes para o bem-estar da população e o desenvolvimento do país.

No momento em que o Governo do PSD-CDS pretende avançar com a “Reforma do Estado”, para o enfraquecer, é fundamental que os trabalhadores e a população intensifiquem a luta para defender estes direitos e garantias conquistados com a Revolução de Abril.

## A CGTP-IN EXIGE:

### ESCOLA PÚBLICA

- Uma Escola Pública de qualidade e inclusiva, assente no sucesso escolar e no combate ao abandono escolar;
- A retirada das propostas que visam a municipalização assim como a privatização do ensino, pela via do “cheque ensino” e dos contratos das chamadas “escolas independentes”;
- O reforço das verbas destinadas à acção social escolar;
- A garantia de transportes escolares, de refeições e de gratuidade dos manuais escolares.

### SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

- O reforço da rede de cuidados de Saúde e a sua articulação com os cuidados hospitalares;
- Que todos os utentes tenham um médico de família;
- A revogação das taxas moderadoras;
- O alargamento da rede pública de cuidados continuados.

### SEGURANÇA SOCIAL

- O aumento de todas as pensões; a actualização do Indexante de Apoios Sociais e a melhoria das prestações da Segurança Social;
- A reposição da idade de reforma para os 65 anos;
- O direito à antecipação voluntária da idade de reforma, sem penalização, para os trabalhadores com uma carreira contributiva igual ou superior a 40 anos;
- A reposição do princípio de universalidade na atribuição do abono de família a todas as crianças e jovens.